

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Leituras na província: impressos e práticas de leitura na província de Minas Gerais (1828-1842)

Luciano da Silva Moreira¹

Resumo: Este texto atenta para as diferentes práticas da leitura, na província de Minas Gerais entre 1828 e 1842), ainda marcadas pela oralidade, relacionando-as à formação de um ambiente aberto à crítica dos impressos, em locais como bibliotecas, sociedades políticas, casas, tabernas e ruas.

Palavras-chave: Imprensa – Leitura – Minas Gerais

Resume: Cette texte traite les différentes pratiques de lecture, dans la province du Minas Gerais dans la période qui se situe entre 1828 et 1842, marquées encore par l’oralité, en les mettant en rapport avec la formation d’une ambiance ouverte à la critique des imprimés, dans des locaux tels que les bibliothèques, les sociétés politiques, les maisons, les tavernes et les rues.

Mots-clé: Presse – Lecture – Minas Gerais

A leitura está sujeita às transformações, lentas e graduais, da própria sociedade. Procedimentos antigos de decifração e divulgação do escrito, forjados no tempo da Colônia, conviviam com a novidade da imprensa periódica no Império. Ao olharmos para os anos do Primeiro Reinado e das Regências, percebemos um quadro híbrido, em que as práticas da leitura ligavam-se às permanências e alterações do universo cultural mineiro: de um lado, a continuidade presente no apelo à oralidade na formação discursiva e na própria prática da leitura; de outro, a ruptura no sentido de uma leitura crítica, coletiva e extensiva, influenciada pelo contexto liberalizante da “Era das Revoluções”. Percebemos essa relação nos espaços de efetivação da leitura: casas, bibliotecas, sociedades políticas, tabernas e praças. Por isso, atentando para a temática da sociabilidade, recorreremos à dinâmica dos locais, os quais podem nos ajudar a solucionar, um pouco, os mistérios da própria prática da leitura.

Uma *Folhinha d’Algibeira*, publicada em 1832, destinava-se ao “uso público e particular dos habitantes desta Província”². Percebe-se que ela se vinculava tanto ao foro

¹ Doutorando do programa de pós-graduação em História da UFMG.

² *Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831. folha de rosto.

privado como à praça pública. O uso particular provavelmente estava relacionado à leitura no recato doméstico. Recostado sobre a mesa, o leitor abria seu volume e se informava sobre o calendário, as sociedades políticas e a “Lei da Regência”. O mesmo ocorrendo com os periódicos, como possivelmente aconteceu com um “Constante Leitor” de *O Universal*, que, em correspondência, afirmava não deixar

nunca de aproveitar o meu tempo, lendo o que encontro, embora pareça futil. Um dos dias passados estava eu em descanso, e tomando por acaso o Correio de Minas nº 103 do anno passado, deparei alli com o resto da sessão Provincial do dia 15 de março de 1841, puz-me a ler o magro extracto das discussões, e eis que encontro com um discurso do Sr. Antunes Correia (UNIVERSAL. Ouro Preto, 31 JAN. 1842).

Ao findar o dia, o leitor sentava-se na cadeira, tomava o periódico e, à luz da lamparina, se punha a meditar de maneira introspectiva e solitária. Provavelmente, Manoel dos Santos Pinheiro Carvalho adotou esta postura quando “foi assassinado com um tiro de espingarda dentro de sua propria casa, estando a ler um jornal à noite”(UNIVERSAL. 02 MAR. 1842.). Naquela época, para algumas pessoas, a leitura de “folhas públicas” constituía-se num hábito, como afirmou o redator do *Tareco Militar*: “metido com a minha enchada e fouce e assim mesmo, pelo maldito costume que me poz a Astréa, gosto de ler o meu papelinho”(TARECO Militar. Ouro Preto. 31 AGO. 1833).

No recolhimento do lar, os periódicos e folhinhas dividiam a atenção com livros de horas, vidas de santos e obras de ficção. A leitura de romances era comum naquele tempo, como atestam os trabalhos de Villalta (2005), Abreu (2003) e Vasconcelos(2004). Contudo, seu uso era cercado de cuidados, principalmente, no processo de instrução feminina. Para tanto, Beatriz Francisca de Assis Brandão³ recomendava ao belo sexo, por intermédio do *Mentor das Brasileiras*, “adquirir o gosto da leitura”, aconselhando às mães oferecer às filhas “bons livros”, aconselhando: “faizei-as ler, e até decorar aquelle capitulo, em que Fenelon faz fallar Telemaco sobre as qualidades de Antiope, e, se todas beberem esta sabia lição, será realmente *bello* o nosso *sexo*”(MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 12 MAR. 1830). Entretanto, deviam os pais evitar “consentirem a lição de novellas sem escolha”, porque “o espírito das Senhoras ordinariamente se lisongea com vãs chimeras, e contos fabulosos de que nutre sua fantasia, e de que jamais se poderá tirar lições proficuas e huma boa educação”(MENTOR das Brasileiras. 07 DEZ. 1829). Discursos neste tom retomaram um entendimento do romance “como forma de divertimento vil, que não continha informações que tivessem algum potencial instrutivo ou edificante, nem estilo enquadrável nas Belas Letras”(ABREU,

³ Beatriz Francisca de Assis Brandão nasceu em Vila Rica a 29 de julho de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro a 5 de fevereiro de 1868. Foi autora de obras de poesia e prosa, reconhecida por sua capacidade intelectual. (SILVEIRA, 1926: 408).

2003: 269). A leitora de romances estaria sujeita às seduções do impresso, assumindo as posturas das personagens, freqüentemente reprováveis e perniciosas. Para refrear esta leitura “lasciva”, indicavam-se obras portadoras de valores morais e edificantes à mocidade. Por isso, as recomendações impressas no *Mentor* apresentam-nos aqueles que seriam os “bons livros”, figurando sempre *As Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon.

Em janeiro de 1833, a Typografia do Constitucional Mineiro anunciava a venda das “Fabulas Moraes e Politicas do Poeta Filósofo Persa Saady, traduzidas para o idioma Nacional, por Francisco Freire de Carvalho, Portuguez emigrado”. O redator do *Constitucional Mineiro* fez apreciação do livro, informando que

esta Obra pela pureza da doutrina, amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase, merece ser lida, e ate decorada por todas as pessoas de bom gosto; e he talvez uma das melhores, que pode ser posta nas mão da mocidade, que começa a familiarizar se com a leitura; por quanto as suas maximas, que nella se contem, illustrando lhe os entendimentos, formando ao mesmo tempo os seus corações para a virtude, alvo que deve tender todo o plano de uma boa educação: Preço de cada exemplar 640 reis (CONSTITUCIONAL Mineiro. São João del Rei. 01 JAN. 1833).

Por meio da avaliação acima, o redator apresenta-nos alguns dos sentidos da leitura correntes na época. Como para os tratadistas do século XVII, a leitura possui três finalidades: formar um estilo, instruir e edificar. Por meio de uma prática seletiva (“bom gosto”) e intensiva (“até decorando”), a leitura era tomada como fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita, apreendendo a “amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase”. O livro era elemento para a instrução dos leitores, porquanto “[illustrava] lhe os entendimentos”. Mas todo esse procedimento deve ter em vista edificar moralmente o indivíduo, orientando “os seus corações para a virtude”. Por isso, o redator indicava a obra do “Persa Saady” à mocidade “que começa a familiarizar se com a leitura”, prescrevendo-lhe uma prática intensa e valorizando a constituição de um “bom gosto”(ABREU, 2000: 213-233).

Porém, o acesso ao livro não era fácil. Algumas obras custavam caro e outras eram difíceis de se obter pela própria raridade do exemplar, ainda mais no interior do Brasil. Por isso, difundiu-se a prática do empréstimo, sinalizando para a formação de comunidades de leitores e para a circulação dos livros nas localidades mineiras. Em dezembro de 1827, o redator do *Astro de Minas* precisava do “Tratado do Juri traduzido pelo illustre Deputado o Sr. Joaquim Gonçalves Ledo”, rogando a qualquer pessoa que o possuir “e quizer vendê-lo, ou ao menos emprestar-nos por algum tempo”, que enviasse o volume à tipografia(ASTRO de Minas. São João del Rei. 11 DEZ. 1827.). O Sargento Mor Antonio Felisberto da Costa atendeu ao pedido do *Astro*, emprestando a importante obra (ASTRO de Minas. 15 DEZ.

1827). No entanto, era duvidosa a devolução, como atesta um “sujeito que havia emprestado ha annos ao defunto Capitão Pena várias obras”, recebendo-as “todas por via do Sr. Melo Franco, menos o primeiro vol. do ensaio sobre os costumes &c. &c. de Voltaire”. Afirmava o incógnito “sujeito” que

Este tomo isolado pouco pode servir a quem o possui, e faz muita falta ao antigo dono, que possuindo as mais obras d'aquelle grande homem, nellas vê citadas muitas passagens do tal volume. O Sr. que por engano o possuiu faz grande obséquio em entregallo nesta typographia (UNIVERSAL. 20 MAIO 1831).

Todavia, não era somente a leitura silenciosa e individual que poderia ser realizada nas residências mineiras. Esses espaços poderiam abrigar diversas pessoas e oferecer ocasiões várias para a discussão literária e política. Tais reuniões eram permeadas pela leitura oral, nas quais um dos participantes se prestava a ler coletivamente o impresso em voz alta. O restante do grupo ouvia atentamente o discurso e se preparava para a discussão que geralmente se seguia. Assim, pelo canal da oralidade, a ação do escrito se multiplicava, ampliando o debate na Província. Ressaltamos que, no ambiente doméstico, o proprietário regulava o fluxo de pessoas, normalmente amigos e correligionários, que participariam do debate. Assim, o ambiente continuava privado. Contudo, ao favorecer a reunião de várias pessoas, tornava-se “público”. Daí o sentido exposto pela *Folhinha d'Algibeira*: o uso individual e coletivo dos habitantes desta Província.

Entretanto, o ambiente privado também comportava reuniões “legalizadas”, como as que ocorriam nas Sociedades Políticas e Literárias que se proliferaram pela Província de Minas Gerais durante as Regências. Por meio da documentação do Arquivo Público Mineiro, encontramos trinta e quatro associações instaladas na Província entre 1831 e 1838. Maurice Agulhon afirma que “o fenômeno associativo é tributário das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais”(tradução nossa) (AGULHON, 1984: VIII). De fato, a proliferação dessas sociedades está diretamente relacionada à efervescência política das Regências, momento propício para a prática associativa.

No Primeiro Reinado houve tímido empreendimento nesse sentido. Entre 1823 e 1825, funcionou em Ouro Preto uma Sociedade Literária. As referências a esta associação são poucas, mas o suficiente para percebermos que a “Ilustração Pública” figurava como um dos objetivos latentes. Para contribuir na difusão das *Luzes*, a Sociedade Literária dedicava-se à formação de uma biblioteca interna. Para tanto, contava com o auxílio pecuniário de seus sócios, como o proprietário da Officina Patrícia de Barbosa e Cia. Explica-nos Manuel José Barbosa que, da renda de sua tipografia, aplicava “parte do total para a manutenção da Sociedade Literária desta Capital, e que se tem empregado na aquisição de Papeis, e de

Livros” (ABELHA do Itaculomy. Ouro Preto. 08 NOV. 1824). Além disso, a formação desta biblioteca também poderia contar com doações, como sugere a *Abelha do Itaculomy*. Contamos o periódico que “a obra de Vertot em quatro volumes em Brochura” sobre as “Revoluções Romanas” foi oferecida à “Sociedade Literária do Ouro Preto” por “hum Amador da Literatura”. Cabe lembrar que o “esclarecimento” da sociedade passava, sobretudo, pelo cultivo das belas letras, como a obra do Abade Vertot que tomava a história como “uma escola de moral, um tribunal soberano, um teatro para os bons príncipes, um cadafalso para os maus” (HAZARD *apud*. VILLALTA, 1999: p. 40.). Enfim, no alvorecer do Império, os súditos ainda atentavam para velhas lições.

As tabernas provinciais também eram espaço por excelência da leitura e discussão de jornais. Nelas ocorriam contendas vivas, como a relatada em 1851 por Hermann Burmeister em sua Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Burmeister conta que, na hospedaria em que pousava, “cerca de uma dúzia de jovens vinha fazer suas refeições. Ao que [lhe] pareceu, tratava-se de advogados e comerciantes, e suas palestras giravam sempre em torno das discussões na Câmara do Rio de Janeiro, ou das opiniões dos jornais locais a respeito” (BURMEISTER, 1956, p. 203).

As lojas e tabernas recebiam a concorrência de todo tipo de gente que, em meio às “fazendas secas” e toda sorte de “molhados”, participavam dos debates cotidianos. Nessa atmosfera, política, economia e maledicência permeavam as conversas tabernárias. Em vista disso, não devemos subestimar a importância desses estabelecimentos na vida social, pois suas “conversas” determinavam a sorte de várias pessoas e, até mesmo, de famílias inteiras. O Comendador João Antônio da Silva Mourão, na retidão de seu testamento, ordenava a seus filhos

*q. compulsando a maneira insolita e brutal com q. foi tratada nossa familia, não só em folhas pública como em palestras, nas lojas e tabernas, isto pela familia Mafras, nunca se unão em laço conjugal com parentes delles ate o 4º grão, por assim como os filhos herdão dos seus Pais, seus Costumes, nome, e haveres, também devem succider-lhes (sic) em ofensas tão atroses e constante injustiça como estas (grifo nosso)*⁴.

Com efeito, discórdias familiares poderiam ser geradas e cultivadas no ambiente promíscuo das vendas. Também rivalidades políticas eram fomentadas por meio das “palestras” nesses ambientes que, de acordo com Villalta, “por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos [no caso das aulas régias], não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao [espaço] público” (VILLALTA, 1997: 382). De fato, nas

⁴ Museu Regional de São João del Rei. Testamentos e inventários *post-mortem*. Testamento do Comendador João Antônio da Silva Mourão, f. 2. São João del Rei, 26 JUN. 1865.

vendas, tabernas e boticas permitia-se o trânsito de praticamente qualquer indivíduo, independentemente de etnia, idade, gênero e condição social.

Nas Regências, práticas de comunicação manuscritas, como os pasquins e a folha volante, aliaram-se à novidade da palavra impressa, como acenam as notícias publicadas em *O Universal* de 24 de fevereiro de 1826, que agitaram o arraial do Tijuco. Conforme relato do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto mandou publicar naquele periódico “huma calumniadora, e inepta diatribe” desacreditando-o. Conta-nos Ferraz que “logo que chegou a dita folha, publicarão-se pasquins, e proclamações de noute pelas esquinas”. Algum tempo depois, desconhecidos mandaram “imprimir huma Proclamação assignada debaixo do nome do Amigo da Ordem”. Porém, o segredo do pseudônimo foi revelado. O Inspetor de Milícia dera um jantar em sua casa e, em dado momento da festa, o Capitão Bernardo da Silva Brandão “fizera uma saude dirigida para o Pe. Joaquim Gomes de Carvalho (íntimo amigo do ditto Tenente Coronel, e liberal como elle) concebida nas palavras – Viva o Amigo da Ordem – que este mais circunspecto olhara para o vigario e não respondera”. A este tempo, um certo padre Bernardino “andara pelas Lojas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população”. Após alguns dias, “nas portas do Quartel Militar appareção os mesmo pasquins com toda a impunidade” (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1898: 111-119).

Do impresso ao manuscrito e retornando ao primeiro, as proclamações e notícias contra Caetano Pinto Ferraz percorreram um tortuoso caminho. Isso aponta para a circularidade da notícia na sociedade, onde o que estava em jogo era certa “opinião pública” a respeito da autoridade no arraial. Mais do que isso. Notamos que o impresso não excluiu o manuscrito. Ao contrário, agiram juntos na transmissão de “insultos ocultos” contra o Intendente dos Diamantes. Insultos estes que tiveram como característica o anonimato. Ocultado por detrás de um pseudônimo, o “Amigo da Ordem”, possivelmente o padre Joaquim Gomes de Carvalho, liberou a virulência de sua linguagem. Sob a sombra do anonimato, pretendia-se fazer com que o Intendente ficasse como naquela velha anedota: “quem quer pegar em sombras depois de apagar a luz, faz-se de cego, da bordoadas no ar, e por fim leva assobios dos rapazes” (RECOPIADOR Mineiro. Pouso Alegre. 27 AGO. 1836).

Este fluxo de informação no arraial do Tijuco iniciou-se com a leitura do periódico, alastrou-se para as lojas e esquinas, adentrou nas residências e ganhou nova forma nas tipografias, retornando ao leitor inicial. Entretanto, este trajeto da notícia, como salienta DARNTON, “não se trata simplesmente de uma relação de causa e efeito” (DARNTON,

1998: 206), mas de um reforço mútuo de manuscritos, impressos e boatos na formação de um ambiente político dinâmico. A sociedade mineira partilhava esse dinamismo, e o local por excelência para essa movimentação foi a praça pública. No tempo das Regências, grande quantidade de pessoas circulava pelas praças e ruas. Para aqueles que conviviam com a pobreza e a negação de sua humanidade, isto é, os indivíduos livres e pobres, a praça pública representava o único local que lhes era permitida a frequência. Nela, essa “malta de todas as cores” entrou em contato com idéias políticas por meio da leitura oral de pasquins, folhetos e periódicos. Nesse momento um novo tipo de pregoeiro incitava a população, “reivindicando uma distribuição democrática do poder entre os cidadãos que participam ou pretendiam participar da feitura das leis” (MATTOS, 1995: 127).

Na praça pública, os impressos e mais papéis escritos eram divulgados coletivamente em voz alta. Nesse procedimento, o discurso rompia as barreiras do papel, efetivando-se como elemento ativo no processo político. A própria linguagem dos discursos levava em consideração esse público leitor/ouvinte. Nesse sentido, fez-se necessária uma aproximação por parte dos jornalistas a esse público “iletrado”, o que implicou a tomada da oralidade, recorrente no uso de uma linguagem forte e virulenta. Por meio dessa leitura e da oralidade dos discursos, processou-se a inserção da parcela “iletrada” da população na arena política. Essa parte do povo, excluída mesmo nos dias atuais, pôde atuar, mesmo de forma limitada, na definição dos rumos políticos da nação.

Referências bibliográficas:

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2000.

_____. **Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Franc-Maçons de l’ancienne Provence**: Essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária.** Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888).** São Paulo: Annablume, 2002.

HARPER, Roberto Goodloe. **Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França.** Londres: s.n., 1798.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840.** São Paulo: HUCITEC, 2005.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano III, 1898. p. 111-119.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance brasileiro, 1808-1860: vertentes inglesas.** Disponível em: www.caminhosdoromance.unicamp.br Acesso em 24/10/2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Censura e romances: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?” Belo Horizonte, 2005 (mimeo).

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa.** São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

_____. “O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando (coord.). SOUSA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331-385.